



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 445/2019-G4P

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 38.460/2018-e

EMENTA: 1. REPRESENTAÇÃO Nº 18/2018-ML. POSSÍVEL AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE EM PREGÕES ELETRÔNICOS REALIZADOS PELA SECULT. **PREGÕES ELETRÔNICOS NºS 17/2017 E 23/2018.** FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO. APARENTE UTILIZAÇÃO DE ROBÔS. DECISÃO Nº 4.489/2018. CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO. APRECIÇÃO NESTES AUTOS APENAS DO PE 23/2018. ABERTURA DE PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DA JURISDICIONADA E DA LICITANTE INTERESSADA.

2. O CORPO INSTRUTIVO OPINA PELA **IMPROCEDÊNCIA** DA REPRESENTAÇÃO EM RELAÇÃO AO USO DE ROBÔ NO PE Nº 23/2018. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CONFIRMEM A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE LANCES AUTOMÁTICOS.

4. PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF.

1. Os presentes autos foram constituídos para albergar a Representação nº 18/2018-ML, decorrente de **Denúncia** recebida no **Parquet**, atinente à possível frustração ao caráter competitivo de Pregões Eletrônicos realizados pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SECULT, consubstanciada pela aparente utilização de software de remessa de lances automáticos pela Smart Promoções e Eventos Ltda. (Pregões Eletrônicos nº 17/2017 e 23/2018).

2. O e. **TCDF** procedeu ao exame da admissibilidade da exordial emanada deste Órgão Ministerial na Sessão Ordinária nº 5.098, de 24/1/2019. Na referida assentada, a c. **Corte de Contas distrital**, por intermédio da r. Decisão nº 96/2019², **admitiu a Representação** e, por conseguinte, estabeleceu prazo para manifestação da SECULT e da pessoa jurídica interessada. Nos presentes autos seriam avaliadas apenas os indícios relacionados ao Pregão nº 23/2018, de modo que as possíveis falhas atinentes à condução do PE nº 17/2017 seriam apreciadas no Processo nº 40.559/2017.

^{ML4}

² “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da Representação n.º 18/2018 – ML (Peça 3); II – determinar à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – Secult, com esteio no art. 230, §7º do RI-TCDF, que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, encaminhe circunstanciados esclarecimentos sobre o teor da Representação em tela; III – conceder à empresa SMART PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA. o prazo máximo de 30 (trinta) dias para que, caso entenda necessário, apresente esclarecimentos quanto ao teor da Representação supracitada; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Representação, da Informação n.º 199/2018 – DIACOMP3, bem como do relatório/voto do Relator e desta decisão à Secult e à empresa SMART, para subsidiar o cumprimento dos itens II e III; b) a análise da Representação n.º 18/2018 – ML no bojo do Processo n.º 40.559/2017, da parte que se refere ao Pregão Eletrônico n.º 17/2017, com a juntada naqueles autos de cópia dos documentos necessários para instrução; c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências cabíveis.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

3. Realizadas as comunicações de praxe quanto ao inteiro teor da r. Decisão nº 96/2019, a SECULT remeteu esclarecimentos ao e. **TCDF** por meio do Ofício nº 137/2019 – SEC (e-DOC 8830A9EA-c) e do Ofício nº 276/2019 (e-DOC E956839E-c). Por seu turno, a sociedade empresária interessada encaminhou seus arrazoados mediante o documento eletrônicos identificado pelo e-DOC 87209974-c.

4. Ao examinar os fatos apresentados na exordial, bem como as informações prestadas pelo órgão distrital e pela licitante, a zelosa Segunda Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública da Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública pugnou pela **improcedência parcial** da Peça vestibular.

5. A propósito, o Corpo Técnico concluiu o exame empreendido na Informação nº 13/2019 – DIASP2 nos termos a seguir:

“DA CONCLUSÃO e SUGESTÕES

32. Diante da análise dos elementos apresentados nesta instrução, considera-se, no mérito, improcedentes os questionamentos apresentados pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas na Representação 18/2018 – ML quanto ao uso de software para produção de lances automáticos (robôs) por parte da empresa SMART Promoções e Eventos Ltda – EPP no que se refere ao Pregão 23/2018 da SECULT, uma vez que os indícios de uso de softwares para produção de lances automáticos por parte da empresa SMART Promoções e Eventos Ltda - EPP não foram confirmados, visto que não se identificou oferta de melhores lances fora dos parâmetros configurados pela SECULT no sistema Licitações-e, bem como não se verificou padrão matemático nos lances.

Tendo em conta que o presente feito não demanda outras medidas por parte do Controle Externo exercido por esta Corte de Contas, sugere-se o arquivamento dos autos.” (Grifos no original e acrescidos).

6. Ao final, o Corpo Instrutivo sugeriu ao c. **Plenário** que:

“I. tome conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 137/2019 – SEC/GAB (peça 18, e-DOC 8830A9EA-c), do Ofício SEI-GDF nº 276/2019 - SEC/GAB (peça 20, e-DOC E956839E-c) e da Manifestação da empresa SMART Promoções e Eventos LTDA – EPP (peça 19, e-DOC 872009974-c);

II. considere, no mérito, improcedente a Representação nº 18/2018 – ML, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (peça 3, e-DOC 2BCB8879-e);

III. autorize:

a) a ciência da decisão a ser proferida: ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal; à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal; à Dra. Monique Rafaella Rocha Furtado, OAB/DF 34.131, representante da empresa SMART Promoções e Evento LTDA – EPP;

b) a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para arquivamento.” (Grifos acrescidos).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

7. Conforme o r. Despacho Singular nº 169/2019 – GCMA (e-DOC BE714AEE-e), os autos foram encaminhados ao **MPC/DF** para emissão de Parecer.

8. Feito o relato, este **Parquet** especializado passa a opinar.

9. **Ab initio**, informo que a atual etapa processual se presta ao **exame do mérito da Representação nº 18/2018-ML**, no tocante **exclusivamente** a possíveis irregularidades na condução do **Pregão Eletrônico nº 23/2018**³, no que concerne à frustração ao caráter competitivo do certame, em razão da utilização de sistema de remessa de lances automáticos pela Smart Promoções e Eventos Ltda. As eventuais falhas ocorridas no PE nº 17/2017 serão avaliadas no Processo nº 40.559/2017.

10. Por oportuno, entendo necessário rememorar que a Representação do **MPC/DF** apresentou indicativos de que a fase externa de Pregão Eletrônico nº 23/2018 teria sido realizada em desacordo com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia e da moralidade. No presente caso, o cerne do entendimento do **MPC/DF** levou em conta a **aparente utilização de mecanismo de envio automatizado de lances, a par dos parâmetros objetivos admitidos pelo e. TCDF para exame da matéria.**

11. Nesse particular, quanto ao mérito da demanda, a fim de dirimir qualquer dúvida quanto ao entendimento Ministerial acerca das possíveis irregularidades verificadas nos autos, não é despendendo perpassar os argumentos apresentados pela Pasta responsável pela deflagração do certame ora em exame e pela licitante listada na r. Decisão nº 96/2019, bem como a análise realizada na Informação nº 13/2019 – DIASP2, seguidos do correspondente exame deste Órgão Ministerial:

“DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA SECULT/DF

8. *Conforme esclarecimentos apresentados pelos pregoeiros da SECULT, por meio do Ofício SEI-GDF 137/2019 – SEC/GAB, para o Pregão 23/2018 já vigorava as recomendações do TCDF, Decisão 68/2018, a qual prevê que:*

*‘IV – considerando a possibilidade de que os expedientes indicados no item III ‘a’ 9 possam ocorrer em outros certames de interesse da Administração, **determinar aos pregoeiros que atuam no complexo administrativo do Distrito Federal que, ao se utilizarem do ComprasNet, durante a fase de lances dos pregões eletrônicos, **desconsiderem os lances humanamente impossíveis**, configurados pela ocorrência simultânea de lances iniciais inexecutáveis ou muito baixos (empresa ‘coelho’) e de disputas pelo 2º (segundo) melhor preço **em intervalos inferiores a 3 (três) segundos (software ‘robô’)**, de forma a evitar situações de competição não isonômica, em conformidade com o disposto na IN n.º 3/2011 – SLTI/MPOG e no art. 3º da Lei n.º 8.666/1993;’** (grifou-se, e-DOC 9B82CB8D-e).*

9. *Assim, foi incluído no sistema utilizado no pregão em comento, Licitações-e, limitação de tempo para envio de proposta **‘fixando-se 20(vinte) segundos para lances do mesmo proponente e 05(segundos) entre lances de concorrentes distintos’**. O pregoeiros, por conseguinte, apresentam telas do Licitações-e demonstrando a configuração de tempo mínimo entre lances (Peça 18, e-DOC 8830A9EA-c, fls. 3/4).*

10. *Concluem, os servidores, informando que:*

³ Os fatos relacionados ao Pregão Eletrônico nº 17/2018 são tratados no bojo do Processo nº 40.559/2017-e.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

‘Entretanto, por razões que fogem ao nosso conhecimento e controle, o sistema aparenta ter admitido alguns lances com intervalo inferior aos 05 segundos estabelecidos, conforme aponta a Representação.

Nota-se, por outro lado, que o interregno entre os lances da própria empresa foram superiores ao estabelecido/limitado no Sistema, o que, em tese, não configuraria cerceamento à licitação. Vale observar que o Pregão 23/2018 foi disputado em lote único e não houve na oportunidade qualquer manifestação dos licitantes participantes, contrária ao procedimento do certame. Assim, passou despercebido eventual lapso do sistema.

De todo modo, diante da possibilidade de falha no próprio sistema Licitações-e, que aparenta ter permitido a inserção de lances indevidos, tendo em vista que havia sido consignada previamente a limitação temporal estabelecida no próprio ambiente eletrônico do Pregão em referência, tal ocorrência será comunicada ao Banco do Brasil para que adote as providências pertinentes, e se manifeste sobre o fato’. (Peça 18, e-DOC 8830A9EA-c, fl. 4).

11. Em complemento às informações do Ofício SEI-GDF 137/2019 – SEC/GAB, a jurisdicionada encaminhou o Ofício SEI-GDF 276/2019 - SEC/GAB, no qual os pregoeiros apresentam manifestação do Banco do Brasil sobre o sistema Licitações-e (Peça 20, e-DOC E956839E-c).

12. **O parecer do Banco do Brasil conclui que, da análise do histórico da disputa do lote, Pregão 23/2018, o recurso de tempo mínimo entre lances funcionou corretamente, conforme abaixo:**

‘Prezada Pregoeira,

Primeiramente, esclarecemos que o Licitações-e não possui mecanismos que impeçam de forma definitiva o uso de ‘robôs’ ou que identifique os licitantes que lançam mão desse artifício. Entretanto, durante a disputa com lances, na fase de negociação, o ente comprador poderá estabelecer intervalos mínimos entre lances dos fornecedores, de maneira a garantir uma maior isonomia ao certame. Trata-se de urna funcionalidade desenvolvida com intuito de inibir a utilização de mecanismos de envio automatizado de lances pelos licitantes, em atenção ao Acórdão 1216/2014 - Plenário, do Tribunal de Contas da União - TCU.

Ressalta-se que o sistema não é um ‘caça robô’, que indica plenamente quem usa ou não esse tipo de ferramenta. Simplesmente usa mecanismos anti-robô (outro exemplo são os captchas) para identificar certos padrões e mitigar o uso da ferramenta. As possíveis inconformidades detectadas pelo responsável pela disputa, ou informadas pelos participantes, devem ser avaliadas e julgadas por ele.

Para tanto, o ente comprador deverá definir esses intervalos na criação do lote a ser disputado.

No processo licitatório em questão, ID nº 742920, foi utilizado o recurso de tempo mínimo entre lances, conforme tela abaixo obtida no Licitações-e:

Sobre o tempo entre lances, cabe um esclarecimento. O tempo mínimo de lances entre os fornecedores é balizado considerando o melhor lance na sala, ou seja, se o fornecedor 1 desejar realizar um lance que seria melhor do que o lance momentaneamente vencedor do fornecedor 2, este lance só poderá ocorrer após x segundos. No processo em questão, o tempo mínimo escolhido pela pregoeira foi de 05 segundos.

Analisando o histórico da disputa do lote, temos que o recurso de tempo mínimo entre lances funcionou corretamente, conforme exemplificado no histórico de lances do processo ID nº 742920, abaixo:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

(...)

Da tela acima, destacamos dois pares de lances como exemplo.

No exemplo 1, temos que o intervalo entre os lances foi de 1 segundo. O que não representou um erro, visto que o lance nr 94 não foi melhor que a lance 93 (melhor lance no momento).

*No exemplo 2, temos que a intervalo entre os lances foi de 6 segundos. Neste caso o lance 99 representou um valor melhor do que o lance 97 (melhor lance no momento), assim no momento), assim, **ele só pode ser registrado pelo fornecedor por que foi feito após o tempo mínimo cadastrado, 05 segundos.***

Estamos à disposição no que for necessário.' (Peça 20, e-DOC E956839E-c, fls. 44/46)
DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA SMART PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - EPP

13. A empresa SMART PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA – EPP, por meio de sua advogada, informa pela **improcedência das alegações do Parquet**, asseverando pela idoneidade da conduta da manifestante, conforme abaixo:

'In casu, o Parquet trouxe à colação diversas tabelas comparativas dos lances ofertados pela Manifestante, que quando comparados aos lances imediatamente anteriores de seus concorrentes, por terem ocorrido em intervalos temporal bastante diminuto, haveria indicativo de que softwares de remessa de lances teriam sido utilizados.

*Ocorre que a análise das Tabelas trazidas pelo Parquet foi SUPERFICIAL e DESACAUTELADA, eis que numa análise um pouco mais acurada se constata que NAO HOUVE lances MENORES em intervalos temporais CURTOS, **entre o lance da Manifestante e o lance da concorrente imediatamente anterior.**' (Peça 19, e-DOC 87209974-c, fls. 2/4).*

14. Por conseguinte, a empresa apresenta análise das tabelas utilizadas pelo MPJTCDF na Representação, informando que embora a SMART tenha apresentado lance na mesma hora que as concorrentes, seu lance, em alguns casos, era de valor superior, cometendo assim equívocos típico de lances manuais, conforme exemplos abaixo (Peça 19, e-DOC 87209974-c, fls.5/6):

(...)

15. Da análise das tabelas a empresa conclui que:

*'Assim sendo, as análises empreendidas demonstram que quando comparados os últimos lances apresentados da Manifestante com aqueles apresentados pela outras empresas, **não há padrão matemático de redução de lances a ensejar sempre a oferta de proposta mais vantajosa.***

Muito pelo contrário.

Ha diversas situações em que a Manifestante apresenta valor SUPERIOR ao valor da licitante utilizada como comparativo pelo Parquet.

*Ora, é nítido que a Manifestante ao lançar seu valor 1 ou 2 segundos após o lance de outra licitante, **ela estava utilizando como referência o SEU PROPRIO lance emitido anteriormente.***

A título de exemplificação, ao comparar os lances de n° 37 (SMART) com o n° 36 (ISAPAPELARIA), presentes no Pregão n° 27/2017 - Lote 49, em que pese haja a diferença de apenas 02 segundos, se verifica que o PREÇO estipulado pela Manifestante é SUPERIOR ao da empresa comparada.

Ora o que se busca no Pregão e o MENOR Preço com vistas a obter a proposta mais vantajosa! A utilização de robôs tem como foco aliar o padrão de TEMPO e PREÇO proporcionando ao licitante que o utiliza maiores chances de obter êxito no certame.

Assim, como o robô é um software que insere os lances em fração de segundos, ao encerrar o tempo randômico/aleatório o licitante possuidor do robô sempre terá o seu lance na melhor colocação, consagrando-se detentor da melhor oferta.

Mas não foi isso que aconteceu com a Manifestante, conforme detalhado alhures. Parece um tanto ilógico e contra produtora a Manifestante utilizar robô para apresentar lances SUPERIORES aos lances ofertados, deixando-a longe de ser vencedora do certame cujo tipo é MENOR PREÇO.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Sendo assim, amparado em tais fundamentos, e considerando a ausência de padrão matemático - ou seja, verificado que a SMART não tenta cobrir o lance feito pela empresa anterior, afasta-se a presunção de que fora utilizado 'robô' pela empresa SMART para a oferta da proposta mais vantajosa à Administração." (Peça 19, e-DOC 87209974-c, fl. 10).

16. Pontua ainda que tendo em vista que os Pregões 17/2017 e 23/2018 da SECULT foram realizados por meio do sistema Licitações-e, e não pelo Comprasnet, é inaplicável a normatização prevista pela IN 03/2011 MPOG/SLTI.

'Resta evidenciado, portanto, que a indigitada "regra dos 3 e 20 segundos" somente pode ser exigida dos órgãos que utilizam o SIASG. In casu, a Secretaria de Cultura optou por utilizar sistema diverso, o qual NAO ESTA sob a égide da 'regra dos 3 e 20 segundos', o LICITAÇÕES-E, administrado pelo Banco do Brasil.' (Peça 19, e-DOC 87209974-c, fl. 10).

17. A empresa salienta que a Cartilha do Licitações-e permite que o gestor público estabeleça, discricionariamente, o intervalo de tempo mínimo entre os lances. Assim, segundo a manifestante, não cabia a empresa saber o tempo mínimo de intervalo entre os lances.

'Não é possível, portanto, imputar qualquer conduta desidiosa da Manifestante, uma vez que NAO LHE CABIA adivinhar qual era o tempo de intervalo entre os lances, uma vez que por ausência de tal delimitação no sistema, todos os lances em qualquer intervalo de tempo eram aceitos.

[...]

Ademais, vale trazer à baila outro questionamento que não fora observado pelo Parquet:

Ora, se a mesma comparação fosse feita com as outras empresas licitantes, estas também deveriam estar sendo compelidas trazer seus esclarecimento no bojo dos autos, uma vez que as Tabelas colacionadas comprovam que DIVERSAS outras licitantes no âmbito dos mesmos Pregões analisados, também efetuaram lances em intervalos mínimos de segundos.

Sendo assim se questiona a MOTIVAÇÃO das denúncias apresentadas, as quais são desprovidas de mínima plausibilidade.

Para agravar o cenário, a Representação ainda menciona terceiro estranho as atividades da empresa, Sr. Wilson Magalhaes, sem explicitar de forma clara qual seria a relação entre este e o sócio proprietário Sr. Aldo Luiz de Oliveira Neto em evidente CERCEAMENTO DE DEFESA.

A Representação, portanto, impede qualquer esclarecimento a ser feito sobre tal correlação, uma vez que não se traz de forma minimamente clara qual seria o engendramento negocial entre os dois. (Peça 19, e-DOC 87209974-c, fl. 11/12).

18. Finaliza se colocando à disposição dessa Corte de Contas para 'disponibilizar suas máquinas e computadores para todas as diligencias necessárias, como também verificação de IPs ou outras informações necessárias, tudo com vistas a comprovar sua idoneidade e não utilização de softwares robôs.' (Peça 19, e-DOC 87209974-c, fl. 13).

19. A empresa conclui que:

Diante dos fatos verdadeiramente narrados e comprovados, é a presente Manifestação para evidenciar a inexistência de ilegalidade na conduta da Manifestante, não havendo que se falar em utilização de robôs, devendo a Representação ser considerada IMPROCEDENTE, em face (1) dos comparativos totalmente equivocados realizados nos lances da Manifestante, (2) da ausência de comparação entre os lances das demais empresas que tiveram o mesmo comportamento, (3) da ausência de clareza quanto a alegação de 'participação no grupo societário do denominado Sr. Wilson Magalhaes', (4) bem como a impossibilidade de se aplicar as regras expostas na Instrução Normativa 03/11 - SLTI/MPOG, em face de utilização de sistema DIVERSO. Todas as argumentações ora despendidas demonstram não ter havido irregularidade da Manifestante.

Assim sendo, deve o presente feito ser julgado IMPROCEDENTE com seu posterior arquivamento, resguardado desde já o direito a realizar sustentação oral das patronas subscrevestes, com indicação de data de julgamento com antecedência mínima de 10 dias, conforme art. 136, §2º, RITCDF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

*Por derradeiro, requer que todas as publicações sejam feitas em nome da Dra. **MONIQUE RAFAELLA ROCHAFURTADO, OAB/DF 34.131**, sob pena de nulidade. (Peça 19, e-DOC 87209974-c, fl. 13).*

DA ANÁLISE DE MÉRITO

20. O uso de softwares para oferta automática de lances, denominado como software 'robô', confere vantagem à empresa usuária do artefato, no caso dos pregões com encerramento aleatório, também chamado randômico. O robô tem a finalidade de detectar o lance de uma empresa e emitir um "lance resposta" em uma fração de segundos, o que confere vantagem aos licitantes que o utilizam e compromete a isonomia entre os participantes do certame licitatório.

21. Com finalidade de inibir a utilização de robôs pelos licitantes, o Licitações-e, sistema do Banco do Brasil, permite que o ente público comprador cadastre intervalos de tempo mínimos entre lances: do próprio fornecedor em relação ao seu último lance; entre fornecedores em relação ao melhor lance da sala (DA 1, fl. 37, e-DOC 19057840-e).

22. No caso tratado nos presentes autos, objeto da Representação, a sessão pública do Pregão Eletrônico 23/2018, ocorreu no dia 09/11/2018 e teve participação de 18 empresas. Conforme imagem a seguir, a pregoeira definiu tempos mínimos entre lances, tendo sido fixado 20 segundos para lances do mesmo competidor e 05 segundos entre lances concorrentes.

DA ANÁLISE DE MÉRITO

20. O uso de softwares para oferta automática de lances, denominado como software 'robô', confere vantagem à empresa usuária do artefato, no caso dos pregões com encerramento aleatório, também chamado randômico. O robô tem a finalidade de detectar o lance de uma empresa e emitir um **'lance resposta' em uma fração de segundos**, o que confere vantagem aos licitantes que o utilizam e **compromete a isonomia entre os participantes do certame licitatório**.

21. Com finalidade de inibir a utilização de robôs pelos licitantes, o Licitações-e, sistema do Banco do Brasil, permite que o ente público comprador cadastre intervalos de tempo mínimos entre lances: do próprio fornecedor em relação ao seu último lance; entre fornecedores em **relação ao melhor lance da sala** (DA 1, fl. 37, e-DOC 19057840-e).

22. No caso tratado nos presentes autos, objeto da Representação, a sessão pública do Pregão Eletrônico 23/2018, ocorreu no dia 09/11/2018 e teve participação de 18 empresas. Conforme imagem a seguir, a pregoeira definiu tempos mínimos entre lances, **tendo sido fixado 20 segundos para lances do mesmo competidor e 05 segundos entre lances concorrentes**.

(...)

23. Verifica-se ainda, no histórico de mensagens do Licitações-e, que foi informado aos licitantes, no início da fase de lances, que além de haver a possibilidade de preenchimento de CAPTCHA entre lances de um mesmo fornecedor, **o sistema exigia tempos mínimos entre lances do próprio fornecedor e entre os melhores lances da sala. Dessa forma, não prospera a alegação da empresa SMART de que 'não lhe cabia adivinhar qual era o tempo de intervalo entre lances'.**

24. Acerca da definição de limitação de tempo, conforme informado pela pregoeira, a inclusão dos parâmetros teve por finalidade atender à determinação dessa Corte, conforme Decisão 68/2018. Porém, **ressalta a pregoeira que em posterior análise dos lances verificou que o Licitações-e admitiu lances com intervalo inferiores aos tempos estabelecidos.**

25. Com finalidade de analisar lances fora dos intervalos parametrizados no sistema de licitações do Banco do Brasil, bem como, indícios de uso de software 'robô', foram verificados todos os lances do lote único do Pregão 23/2018 da SECULT em que a empresa SMART PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA- EPP sagrou-se vencedora.

26. Da análise, **observa-se que entre a abertura e o encerramento do pregão foram ofertados 104 lances**, dentre os quais há lances entre fornecedores que ocorreram na mesma fração de segundo (PT 1, fls.5/7, e-DOC 22BD9758-e). Porém, é necessário pontuar que, conforme disposto na Cartilha do Comprador, e corroborado pela área técnica do Banco do Brasil: **'O tempo mínimo de lances entre os fornecedores é balizado considerando o melhor lance na sala'**. Ou seja, **o limite mínimo de tempo do Pregão 23/2018 (5 segundos entre fornecedores e 20 segundos para o**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

mesmo concorrente) só é verificado no sistema quando o valor oferecido é menor que o melhor lance vigente. Caso o valor oferecido seja maior que o lance anterior, o sistema não aciona a trava de tempo mínimo e apresenta o lance ofertado.

27. Assim, **considerando apenas melhores lances na sala verifica-se 31 ofertas de preços por concorrentes diversos**, conforme apresentado na tabela abaixo.

28. Da análise da tabela acima tem-se que: i) o menor intervalo de tempo entre lances de fornecedores diferentes foi de 6,247 segundos (lance 39); ii) o menor intervalo de tempo entre os lances ofertados pela SMART Promoções e Eventos Ltda – EPP e os lances válidos de outros licitantes foi de 10,747 segundos (lance 72); iii) o menor intervalo de tempo entre lances apresentados pela SMART Promoções e Eventos Ltda – EPP foi de 25,097 segundos (lances 4412 e 48). Assim, **considerando apenas os melhores lances do certame, conclui-se que o recurso de tempo mínimo, parametrizado no sistema Licitações-e, funcionou corretamente**.

29. Em suma, após o anúncio do ‘encerramento iminente da fase inicial de lances’, promovida pelo sistema Licitações-e, às 9h52min18seg744, do dia 09/11/2018, **o último lance foi oferecido às 10h02min10seg744, ou seja, foram transcorridos 9 minutos e 22 segundos**. Neste interregno foram ofertados 24 melhores lances, sendo **10 da SMART Promoções e Eventos Ltda - EPP, 9 da empresa Arlete Montagens de Feiras e Eventos Ltda ME e 5 lances distribuídos entre outras 4 empresas**. A disputa final ficou entre as empresas SMART Promoções e Arlete Montagens, sendo vencedora a primeira (PT 1, fls.5/7, e-DOC 22BD9758-e).

30. A análise do tempo decorrido entre os melhores lances demonstra que além dos lances seguirem os parâmetros de tempo mínimo parametrizados no sistema Licitações-e pelo pregoeiro, **não se verifica padrão matemático nos tempos entre os lances de concorrentes diversos e entre lances do fornecedor SMART Promoções**. Dessa forma, **não se confirma os indícios de uso de sistema de informática para produção de lances automáticos por parte da empresa SMART Promoções e Eventos Ltda - EPP**. Assim, **conclui-se pela improcedência da Representação 18/2018-ML**.

31. Salienta-se, ainda, que neste certame não se identificou a figura denominada ‘coelho’, mencionada na parte inicial do item IV da Decisão 68/2018, visto que a empresa SMART Promoções e Eventos Ltda – EPP sagrou-se vencedora da fase de lances ao apresentar o primeiro melhor preço, sendo o objeto adjudicado pela SECULT em favor da referida empresa.” (Grifos original e acrescidos).

12. No que importa ao escopo dos presentes, relacionado unicamente ao Pregão Eletrônico nº 23/2018, os esclarecimentos encaminhados pela jurisdicionada e pela sociedade empresária interessada permitem **concluir pela higidez do resultado da licitação**. In casu, as manifestações trazidas à baila e as tabelas produzidas na Informação nº 13/2019 – DIASP2 (e-DOC D0588ACC-e) **infirmam** os indicativos de utilização de sistema de informática para apresentação de lances automáticos pela vencedora da licitação, a Smart Promoções e Eventos Ltda. EPP.

13. Desse modo, **anuindo** com o entendimento apresentado pelo Corpo Técnico, este Órgão Ministerial opina pelo **reconhecimento da improcedência** da Representação nº 18/2018-ML, no que pertine aos fatos relacionados ao Pregão Eletrônico nº 23/2018.

É o Parecer.

Brasília, 15 de agosto de 2019.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador-Geral